

Uma certa economia política neoliberal e o baixo crescimento da economia capitalista no Brasil

Eleutério F. S. Prado¹

“Atualmente, o discurso econômico é o principal gestor de nossa melancolia social”.
(Safatle, 2017, p. 124).

Apresentação crítica

Suponha-se que seja dado a um grupo coeso de tecnocratas neoliberais um grande poder de intervenção na economia capitalista no Brasil. Dentre as medidas de política econômica que propõem está a transferência de um milhão de pessoas, homens e mulheres, que tem bom nível de educação e que falam inglês com grande proficiência, da “economia indiana” para a “economia brasileira”. Suponha-se que operação é posta em prática e, de algum modo, um milhão de indianos é instalado em algum ponto do território nacional, no Norte ou no Nordeste, preferencialmente.

Diante desse evento migratório, que pode ser considerado como expressivo em magnitude, pergunta-se: o que acontece em termos econômicos? De início, como os indianos permanecem ociosos, cai apenas um pouquinho o PIB per capita e se eleva, agora com alguma significância, o índice de pobreza absoluta do Brasil. Se nada mais for feito, os infelizes imigrados cairão rapidamente numa vida de pobreza verdadeiramente indiana. Mas não é isso o que desejava o grupo de tecnocratas...

Logo, porém, alguns capitalistas, sempre ávidos pelos maiores lucros possíveis, descobrem uma boa oportunidade de investimento. Se o Estado fornece a infraestrutura necessária, eles farão construir, então, centros de chamadas (call centers), contratarão os pobres indianos por salários os mais baixos possíveis, passando assim a concorrer vantajosamente com os centros de chamadas instalados na própria Índia. O objetivo que move esses empreendimentos é vir a fornecer, por um preço algo menor, esse tipo de serviço, principalmente para as empresas capitalistas posicionadas no território dos Estados Unidos e do Canadá. Após algum tempo, havendo obtido sucesso, eles farão com que o PIB e o PIB per capita do Brasil cresça em certa medida. O resultado mostrará que a operação tecnocrática – apesar do suicídio de alguns milhares de indianos que caíram em profunda depressão –, foi muito bem-sucedida economicamente.

É claro, algum economista competente, bom em estudos empíricos, preferencialmente formado nos Estados Unidos ou, em segunda opção, produzido aqui mesmo por máxima verossimilhança, analisará a experiência para mostrar mais uma vez

¹ Professor titular e sênior da FEA/USP. Correio eletrônico: eleuter@usp.br. Blog na internet: <http://eleuterioprado.wordpress.com>. O autor deste pequeno artigo contou com os comentários pertinentes de Pedro C. D. Fonseca.

a importância crucial do “capital humano” no crescimento econômico. Ele revelará também, é bem provável, que essa migração se mostrou um ótimo de Pareto porque melhorou, simultaneamente, as economias do Brasil e da Índia (supondo, evidentemente, que os indianos estavam quase ociosos nesse último país).

Ora, a teoria que embasa esse tipo de pensamento está exposta no começo do livro de Marcos Mendes, *Por que o Brasil cresce pouco?* – folhoso que tem prefácios elogiosos de Marcos Lisboa e de Samuel Pessoa e que representa, portanto, toda uma linha de pensamento econômico. Eis que fornece uma base para as suas explicações do baixo crescimento da economia capitalista no Brasil, a partir dos anos 1980.

“O crescimento econômico resulta basicamente da acumulação de: (a) capital físico (máquinas, estradas, portos, terra cultivável etc.); (b) trabalho (número de trabalhadores disponíveis a serem empregados no processo produtivo); (c) capital humano (a habilidade dos trabalhadores, que usualmente cresce como o seu nível de escolaridade); produtividade (um fator que amplia a quantidade gerada pelo uso de capital físico e humano em função da eficiência com que os fatores são utilizados). (2014, p. 15-16).

Mas qual seria o problema dessa teoria, já que as proposições por meio das quais está assim apresentada são bem intuitivas, quase óbvias? Ora, o seu problema vem justamente de sua trivialidade. Veja-se que se funda em algo muito geral e que, por isso mesmo, simplifica e naturaliza a produção capitalista. E isto se revela facilmente ao se fazer uma aplicação ainda mais pueril dessa mesma teoria: se um macaco, preso numa jaula, apreende (ou seja, eleva o seu capital humano) a subir num banquinho (ou seja, aumenta o seu capital físico) para pegar banana – eis que ela está pendurada no alto da jaula (por sacanagem do tratador), ele pega mais banana e se torna, assim, mais eficiente, mais produtivo.²

Note-se, ademais, que esse tipo de teoria, ao proceder assim, tende a tratar certas condições da acumulação (necessárias, mas não suficientes) como se fossem as suas causas eficientes. Depois de mencionar que “a taxa média de crescimento do PIB no Brasil desde meados da década de 1980 é medíocre”, este autor afirma, na abertura do primeiro capítulo de seu livro, que pretende aí mostrar “as causas imediatas desse mau desempenho”. Pois – como convém –, uma “breve descrição dos mecanismos do crescimento econômico ajuda a entender as causas imediatas do baixo crescimento na história recente do Brasil) (2014, p. 15 e p. 18).

Ao naturalizar a produção de mercadorias atualmente existente como produção em geral, esse tipo de teoria deixa de apreender o que é específico ao modo de produção capitalista. E, para fazê-lo, esmera-se em empregar a lógica explanatória típica da ciência natural, da ciência moderna, que quer dominar o mundo e, para tanto, busca tudo explicar por meio da causalidade mecânica. Como razão, Marx chamou essa ciência, a qual se atém às relações externas entre os fenômenos, de vulgar. Pois ela, ao proceder assim, fica na aparência e, desse modo, oculta sistematicamente as relações sociais subjacentes às relações fenomênicas. Esse velamento ocorre no plano

² Note-se: como “capital” é uma forma social, as expressões “capital físico” e “capital humano” confundem essa forma com suportes da forma.

ideológico, mas ele está fundado também numa característica constitutiva desse modo de produção: as relações sociais se dão como relações entre coisas.

Ora, o exemplo (maluco apenas na forma, mas não em conteúdo) posto no início dessa nota mostra que a verdadeira causa motora (imane) do crescimento econômico é a expansão da relação de capital, uma relação por meio da qual os donos do capital subordinam os donos das forças de trabalho, na condição de trabalhadores assalariados. O PIB aumenta porque os capitalistas, que têm a posse de grandes somas de dinheiro, fazem-nas funcionar como capitais, compram nos mercados meios de produção e força de trabalho, para que assim sejam produzidas, sob o domínio deles, novas mercadorias. O objetivo deles ao voltar ao mercado é valorizar o valor, obter lucro e mais lucro, insaciavelmente, mas, para isso, têm de comandar a produção de bens escassos, isto é, bens que sejam úteis, mas não imediatamente apropriáveis, para os outros participantes da economia mercantil, seja para consumo final seja para consumo intermediário.

O modo de pensar a produção que aqui se examina – e se faz mais uma vez, aborrecidamente, a crítica – provém obviamente da teoria neoclássica. E essa teoria, como argumentam sem pejo alguns de seus defensores, é, sim, bem irrealista (ou mesmo falsa), mas isto pode se afigurar como uma grande vantagem. Pois, ela se encontra – como convêm tais autores – no campo da ciência positiva que muito se orgulha de querer apreender apenas os nexos externos entre os fenômenos. Assim, enquanto saber instrumental, ela pode ser muito útil para aqueles que querem dar sustentação ao capitalismo.

É isto o que acontece quando se transforma certas condições da acumulação de capital – eventualmente necessárias, mas não suficientes para que ela venha a ocorrer – em causas mecânicas do crescimento econômico. Pois, dado que o crescimento já está posto como um objetivo “neutro” para a sociedade, o preenchimento dessas condições aparece imediatamente, sem grandes dúvidas, como diretriz “natural” ou mesmo imperativa para a política econômica. Ao contrário, se a própria acumulação de capital aparecesse diretamente como insuficiente para gerar, indiretamente, a elevação do bem-estar social nessa quadra histórica, então, o próprio capitalismo no Brasil é que passaria a ser posto em questão.

Este autor elenca diversas “causas” imediatas do baixo crescimento, enumerando-as de maneira cabalística de um a dez. Aqui, por razões que ficarão claras depois, elas são decompostas *grosso modo* em dois blocos. De qualquer modo, pretende-se aqui apenas mencioná-las, sem discuti-las em detalhes. Eis que apontam, de fato, para um certo problema.

Num primeiro bloco, tem-se: 1) a despesa corrente primária do governo tem crescido de forma persistente desde 1985; 2) a carga tributária tem se elevado de forma acentuada nas últimas décadas; 3) a poupança do setor público tem sido negativa em geral; 4) as taxas de juros e, assim, o custo do capital, são muito elevadas; 5) o salário mínimo real tem crescido fortemente a partir de 1995.

Num segundo bloco, tem-se: 6) persistem existindo muitos gargalos na infraestrutura; 7) a economia nacional é muito fechada ao comércio internacional; 8) há incerteza jurídica e baixa proteção aos direitos de propriedade; 9) o setor produtivo é formado por um grande número de empresas pequenas, informais e mesmo

improdutivas, do que resulta que tem baixa produtividade média vis-à-vis aquelas encontradas no cenário internacional; 10) o sistema educacional encontra-se atrasado em relação àqueles dos países mais competitivos internacionalmente.

De modo colidente, indo além agora do mecanicismo da teoria neoclássica que adota como perspectiva teórica, o autor aqui focado, examinando essas “causas” como um todo, afirma que um conflito social labora na repartição da renda gerada no sistema econômico. Segundo ele, a luta pela apropriação da renda no Brasil está entrando em contradição como o crescimento econômico. Ela, dizendo de outro modo, está perturbando o bom funcionamento da “economia de mercado”:

“Em suma, a ‘história por trás do baixo crescimento’ parece ser a de um conflito social, existente em uma sociedade muito desigual, na qual os vários grupos pressionam o governo por políticas distintas. O Estado, por sua vez, tenta acomodar o conflito ‘redistribuindo renda para todos, ou quase todos’, com efeitos perversos sobre o potencial de crescimento econômico” (2014, p. 78).

Segundo ele ainda, duas tenazes moldam essa contradição: por um lado, a economia capitalista no Brasil tem baixa produtividade na comparação com os países desenvolvidos e com os concorrentes asiáticos e, por outro, a democracia instaurada a partir de 1985 abriu as portas para políticas redistributivas que considera “dissipativas”. Eis o que diz na conclusão de seu argumento: “as *causas* do baixo crescimento são, na verdade, *sintomas* de uma causa mais profunda: a combinação de alta desigualdade e democracia” (2014, p. 78).

Desse modo, vale notar, uma metáfora organicista fecha uma argumentação mecanicista. Agora, ele enfoca a repartição como fruto de relações sociais antagônicas e não apenas como resultado “natural” do funcionamento do próprio sistema econômico.³ Vale notar, também, as recomendações de política econômica que se seguem desse estudo. O autor se diz favorável a uma melhor distribuição da renda à medida em que ela se mostre favorável ao crescimento. Ele abomina o chamado “rent-seeking”, ou seja, a busca de ganhos que não provém da lógica própria dos processos mercantis, mas do poder de influenciar as normas e práticas do Estado.

Como neoliberal⁴ da variante social-liberal, propugna então por reformas e por políticas “que, ao mesmo tempo, estimulem o crescimento e reduzam a desigualdade” (2014, p. 242). E o rol dessas mudanças é conhecido: reforma do sistema previdenciário, da legislação trabalhista, do sistema de educação, do sistema de saúde etc. E elas visam, como também se sabe, elevar o grau de competição do sistema como um todo, micro e macroeconomicamente. Ora, a experiência histórica tem mostrado que essas mudanças pioram – e não melhoram – a repartição da renda. Mas como ficar contra a democracia liberal e uma melhor repartição da renda!

³ Assim, ele vai um pouco além ciência vulgar que, segundo Marx, analisa apenas os nexos externos entre os fenômenos. A economia política se intromete aqui na teoria econômica vulgar porque se torna necessário dar uma explicação “externa” de um suposto mau funcionamento do sistema econômico.

⁴ O neoliberalismo é fundamentalmente uma racionalidade que molda as instituições e, assim, o governo dos indivíduos e das organizações no capitalismo contemporâneo. Ele “tende a estruturar e organizar não apenas a ação dos governantes, mas até a própria conduta dos governados”. O neoliberalismo “tem como característica principal a generalização da concorrência como norma de conduta e da empresa como modelo de subjetivação” (Dardot e Laval, 2016, p. 17)

Reinterpretação crítica

Ora, tudo isso pode ser reinterpretado de uma perspectiva marxista. Para tanto, tendo por referência a economia capitalista no Brasil, considere-se o conjunto dos setores do capital industrial⁵ (*grosso modo*, mineração, agropecuária, construção civil, indústria de transformação e parte da produção de serviços), isto é, os setores em que se produz mercadorias e se gera mais-valor, tomados como um todo. Desse conjunto, exclui-se, portanto, os setores improdutivos, ou seja, o financeiro, o comercial, parte da produção de serviços, assim como o governo.

Admita-se, em adição, que a taxa de lucro relevante (indicada por “*r*”) para esse conjunto de setores seja dada pela razão entre o fluxo líquido de lucro industrial (*L*) e o estoque de ativos de capital aí empregado (*K*). O lucro industrial considerado exclui os impostos, os juros e eventuais rendas absolutas contidos no lucro total (*LT*); o estoque de ativos de capital, por sua vez, inclui tanto o capital fixo quanto o capital circulante (levando em conta as diferenças de rotação). Seja *VA* o valor apropriado (que é usualmente chamado de valor adicionado) no conjunto dessas atividades produtivas (*VA* = *LT* + *S*, em que *S* representa o montante de salários pagos).

Note-se, então, que essa taxa de lucro pode ser apresentada como o produto de duas componentes⁶, uma das quais reflete a repartição do valor apropriado pelo sistema do capital industrial entre ele próprio (em sentido estrito) e todo o resto dos participantes do sistema econômico e a outra reflete a eficiência competitiva na apropriação de valor (*VA*) desse mesmo sistema industrial:

$$r = \frac{L}{VA} \cdot \frac{VA}{K}$$

Considera-se aqui essa taxa de lucro “*r*” como relevante porque ela é aquela que efetivamente influencia as decisões de investimento no conjunto de setores em que ocorre a acumulação de capital real (não fictício), isto é, capital que produz mercadoria e que comanda a produção de mais-valor. As razões (*L/VA*) e (*VA/K*) são usualmente reconhecidas como parcela de lucro e relação produto-capital.

Como se sabe, os setores da economia capitalista não se apropriam necessariamente do mais-valor que geram por meio da atuação da força de trabalho contratada e posta a operar em seus processos produtivos; ao contrário, dependendo de sua composição orgânica, assim como de sua eficiência na concorrência de capitais e do peso dos setores improdutivos no sistema como um todo, podem se apropriar de mais ou de menos mais-valor na forma de lucro. E esta é uma consequência necessária da lei tendencial de equalização das taxas de lucro que prevalece – supõe-se – no sistema econômico (nacional e mundial) como um todo.

⁵ Mesmo se não é usual, o termo “capital industrial” é empregado como esse sentido em *O capital*.

⁶ Não se toma aqui, entretanto, essa decomposição como uma forma reduzida que permite uma explicação causal da taxa de lucro. Ela indica, apenas, um modo de pensar analiticamente a formação dessa taxa.

Com base nessa consideração teórica, define-se aqui, então, tendo por referência o capital industrial, a razão entre o valor apropriado e o estoque de capital como eficiência de apropriação do capital industrial (EAC) e a razão entre o lucro líquido e o valor apropriado como eficiência de retenção do capital industrial (ERC). Elas indicam, respectivamente, a capacidade do capital industrial posicionado no espaço nacional, respectivamente, para se apropriar de valor e, assim, de mais-valor, e para reter esse mais-valor colhido na forma de lucro industrial. Formalmente, tem-se:

$$ERC = L/VA \quad \text{e} \quad EAC = VA/K$$

Agora, é preciso recuperar os resultados de outro estudo que procurou explicar por que a economia capitalista no Brasil passou a crescer pouco desde o começo dos anos 1980. Marquetti, Maldonado e Lautert (2010) mostraram empiricamente, com base nos dados da contabilidade nacional do Brasil, que a taxa de lucro bruto, média, dessa economia manteve um nível bem alto no pós-guerra, caiu moderadamente entre 1953 e 1973, despencou entre 1973 e 1989, passando a flutuar desde então num nível muito baixo (em torno de 25% ao ano).

Ora, se a taxa de lucro obtida com tais dados (líquida apenas da depreciação) mostra-se baixa desde o começo dos anos 1990, mais baixa seria ainda a taxa de lucro industrial se esta pudesse ser obtida com esses mesmos dados.⁷ Donde se conclui que as razões ERC e EAC seriam também baixas se elas pudessem ser calculadas com essa mesma fonte de informação.⁸ Desde logo, então, fica assim explicada porque a “poupança” disponível para investimento produtivo, mesmo se ela tem outras fontes que não os lucros retidos pelo próprio complexo do capital industrial como um todo, é minguada no Brasil.

Note-se, agora, que o primeiro e o segundo bloco de “causas do crescimento” acima elencados, grosso modo, apontam para certas condições que permitiriam melhorar (do ponto de vista capitalista e neoliberal, obviamente) a eficiência de retenção (ERC) e a eficiência de apropriação de valor (EAC) por parte do sistema industrial. Eis que as magnitudes desses indicadores – tal como já deve ter ficado bem claro – resultam da competição e da luta pela apropriação da massa de valor que é inteiramente criada pelo trabalho produtivo em geral. Mesmo se não são independentes entre si, mesmo se algumas dessas condições possam afetar essas duas eficiências, elas indicam duas dimensões da taxa de lucro.

A baixa capacidade do capital industrial funcionante no Brasil de comandar uma acumulação robusta é bem reconhecida. Eis que o subdesenvolvimento, a subordinação econômica no interior do sistema capitalista mundial, enfim, “a dependência [financeira, tecnológica e política] é um fenômeno endógeno aos países periféricos”

⁷ Ver apêndice.

⁸ É de se supor que a eficiência de apropriação é mais baixa no Brasil em relação à média mundial. Entretanto, entre os setores do capital industrial há, por um lado, aqueles dinâmicos como a agroindústria e a mineração e, por outro, aqueles claudicantes como a indústria de transformação. É por isso que se observam certas mudanças – reprimarização e desindustrialização – em sua estrutura de produção. Já a eficiência de retenção deve ser bem baixa em função da corrupção, do desperdício e do rentismo que domina a repartição da renda na sociedade brasileira.

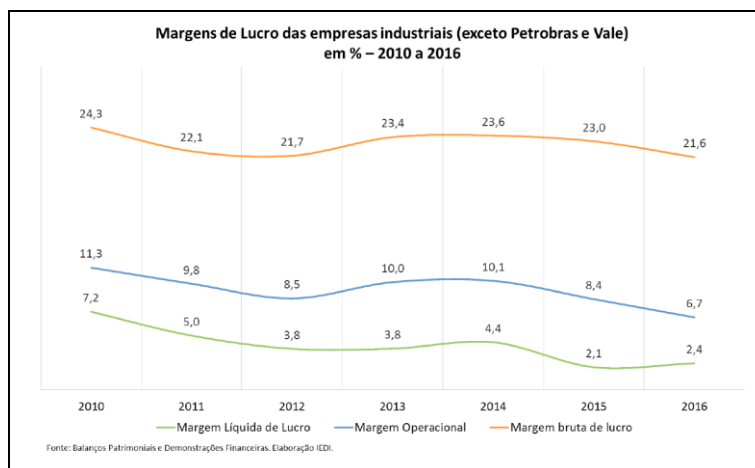
(Filgueiras, 2015). Está-se admitindo, pois, que uma parte importante do valor criado internamente “vaza” para o resto do mundo em virtude do caráter dependente da economia capitalista no Brasil. E que uma parte muito significativa do valor apropriado internamente “vaza” para as atividades improdutivas, tais como as atividades comerciais, governamentais e financeiras. É de se admitir também, nessa perspectiva, que o pagamento da força de trabalho está comprimido, já que isto se põe como necessário para viabilizar a continuidade claudicante do capitalismo no Brasil. Parece certo, pois, que uma certa “dissipação”⁹⁹ e a “superexploração” se combinam aí como características intrínsecas desse capitalismo dependente.

As reformas capitalistas propostas e implementadas pelo neoliberalismo têm, pois, sua lógica: elas visam, em última análise, recuperar a taxa de lucro e, assim, a acumulação, viabilizando a continuidade do capitalismo. Portanto, elas podem elevar um pouco a taxa de crescimento econômico, mas ao fazê-lo, elas incrementarão também a taxa de exploração vigente na economia capitalista no Brasil. Produzirão, também, uma piora na distribuição da renda familiar, assim como uma redução dos gastos sociais do Estado. Ao procurar regular o sistema econômico por meio da imposição generalizada da racionalidade competitiva, não apenas entre as empresas, mas também entre os indivíduos em geral tomados como empresas de si mesmos, tencionará a sociedade de tal modo que, ao fim e ao cabo, ter-se-á não mais civilização, mas mais barbárie – o que, por sua vez, cria condições para a ascensão de movimentos fascistas.

Apêndice

Há evidências empíricas que corroboram a tese aventada nesse pequeno artigo. Um estudo do IEDI com base em 296 empresas não financeiras mostra que as margens de lucro relevantes são muito baixas na economia capitalista no Brasil. A figura que se segue apresenta as margens bruta, operacional e líquida de um conjunto expressivo de empresas industriais (129 empresas, todas grandes). Note-se que a margem líquida de lucro, entre 2010 e 2016, variou entre 7,2% e 2,4%. E que ela pode ser considerada como uma estimativa do que se denominou de eficiência de retenção do capital (ERC).

⁹⁹ Entenda-se, entretanto, tal dissipação no escopo da teoria da dependência, isto é, como resultado da “troca desigual”, da transferência de juros, lucros, royalties para o exterior, de distribuição regressiva da renda e da riqueza internamente.

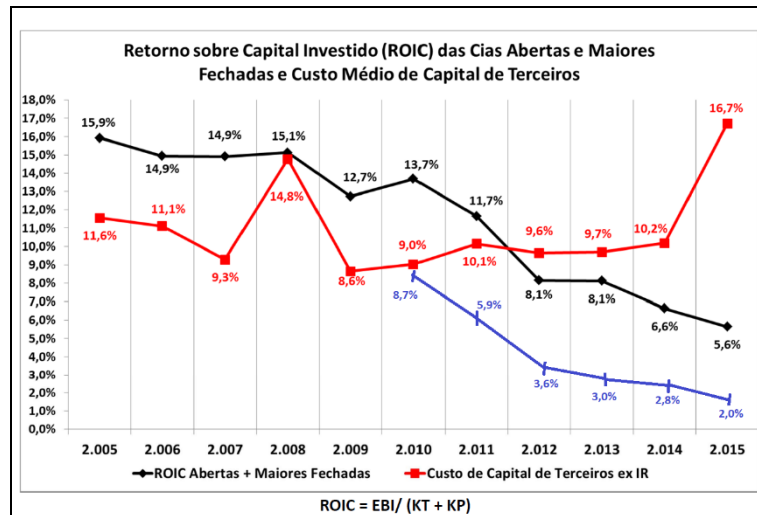


Para melhor compreender essa figura, note-se:

- A margem bruta de lucro é dada pela razão entre o lucro bruto e a receita operacional líquida; o lucro bruto, por sua vez, é a diferença entre a receita operacional líquida e o custo dos produtos vendidos (CPV); por receita operacional líquida se entenda a geração de caixa provinda da operação principal da empresa.
- A margem operacional é dada pela razão entre o lucro EBITDA¹⁰ e a receita operacional líquida; o lucro EBITDA é o lucro operacional mais juros, depreciação e amortização (incluídos no CPV); lucro operacional, por sua vez, é o lucro bruto menos as despesas operacionais e financeiras líquidas.
- A margem líquida de lucro é dada pela razão entre o lucro líquido e a receita operacional líquida; o lucro líquido é o lucro bruto menos impostos e taxas, menos as despesas financeiras em geral.

Há também alguma evidência que indica diretamente a baixa estatura da taxa de lucro na economia capitalista no Brasil. Um estudo do CEMEC fornece a evolução da taxa de lucro (no conceito ROIC) de um conjunto expressivo de empresas fechadas e abertas entre 2005 e 2015. A amostra inclui 320 empresas de capital aberto e 421 empresas de capital fechado, todas elas de bom porte, mas com predomínio de empresas grandes. Para os anos entre 2010 e 2015, foi possível estimar grosseiramente a taxa líquida de lucro sobre o capital investido, a qual pode ser considerada como uma aproximação para a taxa de lucro tal como definida no corpo principal do artigo. Como pode ser visto, elas oscilaram entre 7% e 2% no período considerado. No período anterior, quando o capitalismo no Brasil prosperou em certa medida, elas devem ter ficado ao redor de 7%. De qualquer modo, algo abaixo do custo do capital de terceiros.

¹⁰ EBITDA significa “earnings before interest, taxes, depreciation and amortization”.



Para compreender essa figura, note-se:

- A taxa de lucro no conceito ROIC¹¹ (em preto na figura) é dada pela razão entre o lucro operacional reduzido do imposto de renda sobre as pessoas jurídicas e o capital investido; o capital investido, por sua vez, é a soma do capital próprio e do capital de terceiros.
- A taxa líquida de lucro (em azul na figura) é dada pela razão entre o lucro líquido e o capital investido.
- O custo de capital de terceiros é uma medida do custo dos recursos tomados de empréstimo.

¹¹ ROIC significa “net operating profits less adjusted taxes”

Referências

- CEMEC - Recuperar poupança do setor público para retomar o crescimento. Nota CEMEC - 03, 2017.
- Dardot, Pierre; Laval, Christian – *A nova razão do mundo – Ensaio sobre a sociedade neoliberal*. São Paulo: Boitempo, 2016.
- Filgueiras, Luiz – A natureza e os limites do desenvolvimentismo no capitalismo dependente brasileiro. In: *Margem Esquerda*, nº 23, 2015.
- IEDI – Carta 800: Lucratividade e endividamento das empresas em 2016 e no primeiro trimestre de 2017: o ajuste incompleto. São Paulo: IEDI, 11/08/2017
- Marquetti, Adalmir; Maldonado, Eduardo; Lautert, Vladimir – The profit rate in Brazil – 1953 – 2003. In: *Review of Radical Political Economics*, vol. 25 (1), 2010.
- Marx, Karl – *O capital – Crítica da Economia Política*. Livro I, tomo 2. São Paulo: Abril Cultural, 1984.
- Mendes, Marcos – *Por que o Brasil cresce pouco? Desigualdade, democracia e baixo crescimento no país do futuro*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014.
- Safatle, Vladimir – *Só mais um esforço*. São Paulo: Três Estrelas, 2017.